

Eixo Temático

6. História das Instituições Escolares no Campo

Título

GRUPOS ESCOLARES EM ÁREAS RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NA ANTIGA USINA TAMOIO EM ARARAQUARA/SP

Autoras

Ana Flávia Flores
Maria Cristina dos Santos Bezerra
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Instituição

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro Universitário de Araraquara – UNIARA

E-mail

anaflaviaflores@hotmail.com

Palavras-chave:

Grupos Escolares; Grupos Escolares Rurais e Usina Tamoio.

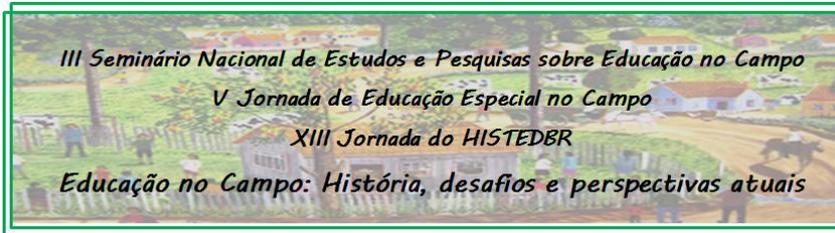
Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar a criação de grupos escolares nas zonas rurais do Estado de São Paulo. Esta pesquisa trabalhará com um estudo de caso, na antiga Usina Tamoio, localizada no município de Araraquara/SP, pois entre as décadas 1930 a 1940 existiam três Grupos Escolares Rurais e escolas isoladas que se encontravam instaladas em várias seções da usina, sendo identificadas sete escolas isoladas. A opção metodológica conta com os levantamentos de fontes documentais primárias. Com a pesquisa, busca-se dar ênfase para os Grupos Escolares Rurais que tiveram um papel importante dentro do projeto de desenvolvimento do Estado ao combater o estrangeirismo, uma vez que as grandes fazendas do interior paulista recebiam trabalhadores de outras nacionalidades.

Texto Completo

O objetivo deste artigo é investigar a criação dos Grupos Escolares nas áreas rurais no interior do Estado de São Paulo, a partir de 1930, período que começa e

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



evidência a materialização dos grupos escolares rurais. Dando ênfase a um estudo de caso na Antiga Usina Tamoio, em Araraquara/SP.

A criação dos grupos escolares nas zonas rurais do estado de São Paulo fazia parte de uma política de disseminação da escola primária no campo implementada pelos governos do Estado.

Desde a implantação dos grupos escolares no final do século XIX, o projeto republicano de difusão da escola graduada encontrou na dimensão geográfica do meio rural um grande obstáculo, bem como para os bairros e distritos distantes do centro urbano. Neste período, grande parte da população encontrava-se em regiões afastadas dos centros urbanos onde, muitas vezes, dada a distância e as dificuldades materiais encontradas, a instalação e manutenção dos grupos escolares tornavam-se inviáveis.

Segundo Souza e Ávila (s/d), a definição de escola rural aconteceu por meio da Lei nº 1.579, 19 de dezembro de 1917, que classificou:

Artigo 2º São escolas rurais as localizadas nas propriedades agrícolas, nos núcleos coloniais e nos centros fabris distantes de sede de município.

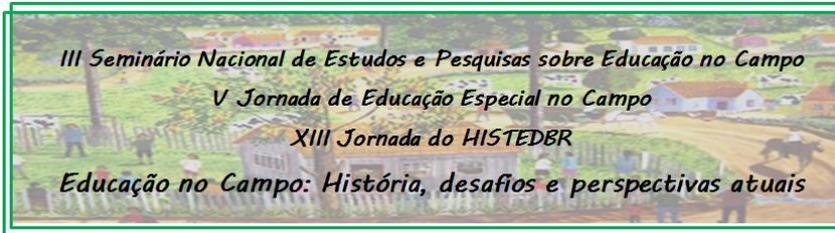
§ 1º O curso destas escolas será de dois anos, devendo o programa de ensino ser adaptado às necessidades da zona em que funcionarem.

Artigo 13. O governo dará provimento às escolas rurais, nomeando livremente para reger-as professores normalistas, secundários ou primário, indistintamente.

Artigo 16. - O professor normalista primário com um ano de efetivo exercício em escola rural ou distrital poderá ser removido para escola urbana, podendo o que tiver dois anos em escola urbana ou três em escola rural ou distrital ser nomeado adjunto do grupo escolar do interior.

Alguns pontos são importantes nesse programa de ensino. Primeiro, a duração do ensino nas escolas rurais que deveria ser de dois anos, conforme a necessidade da zona em que funcionava. Segundo, a rotatividade do professor normalista, pois com um ano de efetivo exercido nas escolas rurais, poderia pedir remoção para escola urbana.

Às regulamentações estaduais veio por meio do Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933, que instala uma Escola Normal Rural, em Piracicaba, e dá outras providências sobre a instalação no Art. 12 de “[...] grupos escolares e escolas vocacionais rurais, tendo em vista a formação de uma mentalidade escolar francamente



voltada para as atividades agrícolas e pastoras e, na zona marítima, para as fainas marinhas e ribeirinhas” (SÃO PAULO, 1933).

E pelo Decreto nº. 7. 268, de 2 de julho de 1935, que dispõe sobre a organização do primeiro grupo escolar rural do Estado de São Paulo, o Grupo Escolar Rural de Butantan que disciplina o provimento de cargo e autoriza o governo a instalar outros estabelecimento parecidos.

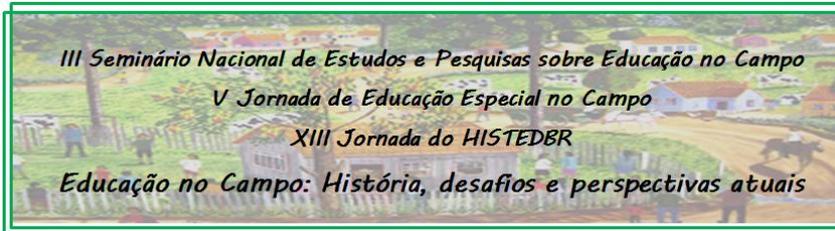
A institucionalização dos grupos escolares rurais só foi possível em 1938, mediando o Decreto nº. 8.951, de 2 fevereiro de 1938 que dispõe sobre a criação e o pessoal docente e administrativo que vão compor os grupos escolares rurais. A criação dos grupos escolares rurais atingiu seu ápice durante o Estado Novo, cujo ensino centrou-se nos princípios de uma escola rural com clara vocação rural (ÁVILA, s/d).

Segundo Souza e Ávila (s/d), durante 1930 a 1940 vão se projetando no estado de São Paulo propostas pedagógicas específicas para a escola primária rural. A Consolidação das Leis de Ensino do Estado de São Paulo de 1947 conservou as prescrições vigentes no Código de Educação de 1933 para as escolas rurais, no entanto, associados a um excessivo controle sobre as atividades e demais procedimentos de ensino. O estado de São Paulo “se valeria de dois modelos de educação primária na zona rural durante os anos 1930 e 1940 – escolas rurais de ensino comum e escolas típicas rurais baseadas nas concepções ruralista de educação” (SOUZA; ÁVILA, s/d, p. 12).

A escolha do estudo de caso na Usina Tamoio deve-se ao fato de revelar uma história esquecida. Essa sucroalcooleira se valeu de dispostos legais para instalar em suas terras um complexo educacional invejável para a época. Entres os anos 1930 a 1940 construiu três grupos escolares rurais e nove escolas isoladas.

Uma das maiores Usinas de cana-de-açúcar da América Latina foi expressiva tanto pela produção açucareira quanto por sua infraestrutura ao manter de 7 a 10 mil habitantes em suas terras (ROSIN, 1997) no período marcado pela intensificação da produção açucareira.

Contudo, constituída em meio a grandes fazendas de café, que era base da transformação econômica de Araraquara, ao mesmo tempo em que o complexo cafeeiro se estruturava na região, agrava-se a crise do café no país. Essa correspondia a um



momento de colapso provocado pela superprodução, geada, seca e empobrecimento das terras. E é neste cenário de crise e decadência do café que Pedro Morganti adquiriu o Engenho Fortaleza e incorporou as várias fazendas de café que ficavam ao redor da propriedade que eram vendidas a baixos custos.

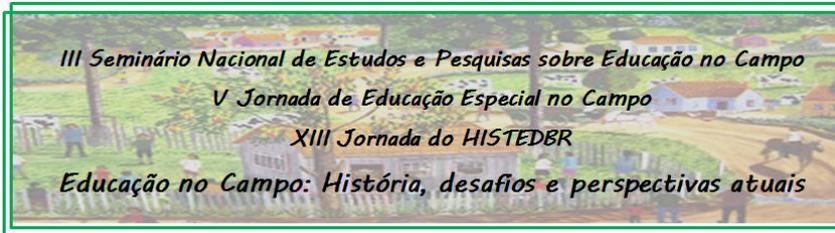
A transformação do Engenho Fortaleza na Usina Tamoio aconteceu por meio de investimentos em capital constante, com a incorporação de tecnologia nacional e internacional e, principalmente, em virtude da aquisição de fazendas cafeeiras localizadas nas proximidades, que devido à crise do café eram vendidas a baixos custos. Entre os anos 1920 a 1930, a Usina Tamoio respondia por aproximadamente 12% da produção total de cana-de-açúcar do estado de São Paulo. E em 1946, a Usina se transformou na maior indústria sucroalcooleira do país e da América do Sul.

A Usina Tamoio era constituída pela sede, principal estrutura da Usina, na qual se concentrava a maior parte da população da Usina e as antigas fazendas de café compradas foram transformadas em seções. Este era um complexo industrial respeitável, pelo menos na questão referente à infraestrutura e mão de obra presente, vivendo e trabalhando ali.

Pedro Morganti organizou na Usina toda uma infraestrutura para atender às demandas sociais dos trabalhadores que incluíam construções de lazer e assistência para manter os trabalhadores ligados ao local. A Usina possuía estruturas como:

Oficinas mecânicas, um ambulatório médico localizado na Seção Bela Vista, ambulância, prédio do círculo católico, um campo de pouso para aviões de pequeno porte, pelo menos uma capela em cada seção, uma biblioteca, sala de projeção de filmes e peças teatrais, um grande estádio esportivo, armazém, açougue, farmácia, padaria, loja de ferragens, loja de tecidos e armarinhos, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteira, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico, um serviço de ônibus que ligava a cidade de Araraquara à estação de trem Tamoio, uma catedral religiosa, além de uma hospedaria similar a um hotel citadino. (TEIXEIRA, 2010, p. 24)

A Usina Tamoio possuía uma organização industrial com toda estrutura urbana, apesar de se encontrar no meio rural sendo:



[...] equipada com cinema, teatro, dois clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – de brancos e de negros, respectivamente), armazém, ambulatório médico, farmácia, lojas de tecidos e de ferramentas, hospedaria, estádio esportivo, suntuosa igreja, escolas, bares, um conjunto de aproximadamente trezentas casas localizadas em um espaço esquadrinhado e ocupadas conforme a posição dos trabalhadores no processo produtivo, e dezesseis seções agrícolas estrategicamente localizadas, onde foram construídas mais de 1.200 casas, igrejas, campos de futebol, escolas rurais, etc., a Usina mantinha uma organização social considerada exemplar para a época. (CAIRES, 2008, p. 166)

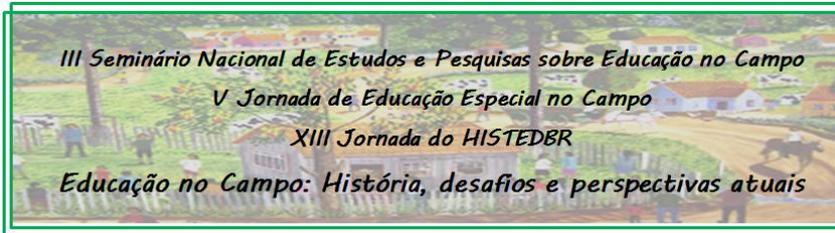
Assim, os donos da Usina estabeleciam um relacionamento paternalista e patriarcal, no qual a vida do trabalhador estava atrelada à produção lucrativa da empresa, uma vez que a política da Usina era distribuir bens sociais de todas as formas para seus subordinados, criando uma relação de dominação disfarçada na qual mantinha presas essas forças de trabalho para crescimento e expansão da Usina, pois:

Foram nessas circunstâncias e sob esse sistema que a Usina conseguiu manter, por mais de cinquenta anos, uma população trabalhadora dominada e controlada que lhe garantiu a produção de uma riqueza considerável. (CAÍRES, 2008, p. 167)

Por isso, a necessidade de construir um sistema educacional que pudesse atender seus interesses. Educar, treinar e manter seus trabalhadores vinculados à Usina.

Na Usina Tamoio desde as décadas 1930 a 1940 existiam escolas isoladas que se encontravam espalhadas nas diversas seções do complexo industrial. E três grupos de escolares rurais. O primeiro Grupo Escolar D. Giannina Morganti constituído em 1935, localizado na sede da Usina, o segundo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti instituído em 1942, situado na Seção Bela Vista e o terceiro Grupo Escolar “Capitão Domingos Soares de Barros”, organizado em 1947 se encontrava na Seção Jacaré.

Mas como o movimento histórico surpreende, a crise econômica pode atingir até os mais abastados e não foi diferente com a Usina Tamoio. Os primeiros sinais de crise começam a aparecer em 1957, com os atrasos nos pagamentos salariais dos trabalhadores que se agravaram a partir de 1965 e 1966. Em abril de 1969 a Usina foi vendida ao Grupo Silva Gordo, o que permitiu uma relativa tranquilidade para o grupo durante cinco a seis anos, como também significou a ruptura com as antigas formas de



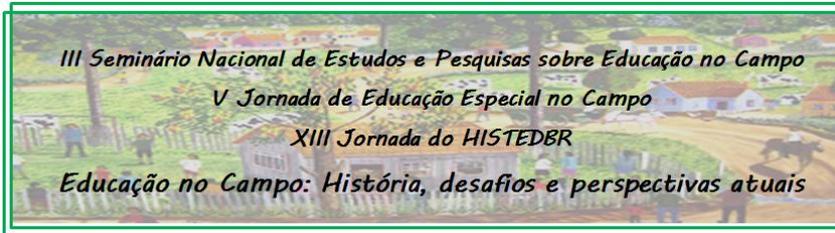
trabalho, ou seja, ampliação da mecanização total das lavouras de cana. Sendo que com a interrupção do funcionamento da Usina decretada por seus proprietários em 29 de outubro de 1982.

As terras foram divididas, algumas foram vendidas, outras hipotecadas para saldar parte das dívidas contraídas no momento de crise. “O império do açúcar estava acabado. A imensa propriedade que a Família Morganti construiu e que o grupo Silva Gordo havia adquirido não existia mais” (ROSIN, 1997, p. 46).

Contudo, a história das terras da antiga Usina não para por aqui, uma das maiores seções do complexo industrial terá uma nova configuração: de seção de Usina a Assentamento de Reforma Agrária. A constituição do assentamento foi marcada pela presença de trabalhadores assalariados rurais e urbanos, boias-frias, antigos arrendatários que sempre tiveram uma ligação com a terra e mostraram que estavam resistindo à expropriação das terras por eles trabalhadas e, portanto, lutaram para permanecer no local. Segundo Whitaker e Fiamengue (1995), esses trabalhadores emergiram de trajetórias impressionantes, nas quais famílias vagueavam de um Estado para outro em procura de condições melhores de sobrevivência. Esse processo ficou marcado por rupturas, mas a trajetória sempre esteve ligada às raízes rurais, na busca de um lugar melhor para viver, muitos buscam no assentamento o voltar para a terra.

Assim, vários são os grupos de trabalhadores rurais que ocuparam as terras da Seção Bela Vista em 1988 e, depois de um ano de ocupação, aquelas terras foram declaradas de interesse social para fins de reforma agrária pelo Decreto nº 97.660, em 13 de abril de 1989, classificada como latifúndio por exploração. Segundo Rosin (1997), a luta pela terra e sua realização para reforma agrária teve um significado todo especial, pois se tratava de realizar um assentamento encravado no meio de grandes latifúndios rurais.

Desse modo, preocupou-nos compreender o processo de constituição dos Grupos Escolares nas terras da Usina Tamoio, o que nos conduziu para outro ponto importante, que era conhecer a história da constituição e depois de falência da Usina Tamoio. Naquela época, a Família Morganti fazia o papel do Estado, garantindo segurança e acessos a bens sociais, porém, é preciso salientar que o desenvolvimento era para manter o controle e a força de trabalho treinada e capacitada para o trabalho. Havia



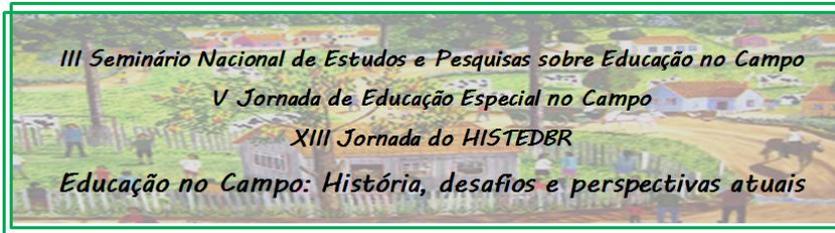
naquela localidade uma hierarquização dos papéis de cada trabalhador, demonstrando uma política de subordinação que representava vantagens econômicas para o crescimento daquele complexo industrial canavieiro.

Segundo Caíres (1993), a história da Usina Tamoio apresentava relações paternalista e de promoção da vida material do trabalhador, criando uma situação de permanente dependência dos trabalhadores com o local. Os interesses da esfera produtiva da Usina passavam a invadir a esfera da vida doméstica daqueles trabalhadores, submetendo o trabalhador e seu grupo doméstico às necessidades de crescimento e produção da Usina. Essa dominação específica era fortemente interiorizada e legitimada pelos trabalhadores.

A delimitação temporal da pesquisa foi estabelecida a partir do desenvolvimento que o país sofreu a partir da década de 1930, levou-se em conta os anos de criação dos grupos escolares rurais e a construção de um pensamento de base nacionalista no qual a educação teve um papel fundamental para instruir esses novos cidadãos ancorados nos valores nacionalistas. Entre a década de 1930-1940 que se as consolidações legais para a criação e expansão das escolas rurais acontecem. Como o Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933 (SÃO PAULO, 1933), que cria os grupos escolares rurais no Estado de São Paulo. Enfim, são vários acontecimentos políticos e legalizações estaduais e federais que vão dar o tom para a educação rural.

Para construir a história dos três grupos escolares rurais foi preciso conhecer a História da Educação Brasileira, buscar nas fontes documentais as demarcações de um projeto político nacional de educação também para o meio rural. Saviani (2006) discorre que as fontes constituem o ponto de partida, a base para a construção historiográfica. Que delas brota e flui a história, enquanto registros, testemunhas dos atos históricos, que é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

Como fontes documentais escolhidas para reconstruir as histórias dos três grupos escolares foi utilizado por estas pesquisas as seguintes fontes: os Relatórios de Ensino de Araraquara de 1936 e 1940; os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo de 1936; Legislação Federal de 1934 e 1937; Legislação estadual de 1933, 1935, 1938 e 1947 que dispõe sobre as escolas primárias rurais. Fontes importantes nas implementações de algumas políticas governamentais para a questão do ensino primário rural.



As informações sobre os grupos escolares da Usina Tamoio foram encontradas nos seguintes arquivos: Livro Mapa do Movimento Grupo D. Giannina Morganti de 1935 a 1949; Livro Termo de Compromisso Grupo D. Giannina Morganti de 1935 a 1949; Livro de Exames Finais Grupo D. Giannina Morganti de 1935 a 1949; Livro dos Termos de Visitas Grupo D. Giannina Morganti de 1935 a 1949; Livro de Matrículas Grupo D. Giannina Morganti de 1935 a 1949 e Álbum de Araraquara 1948.

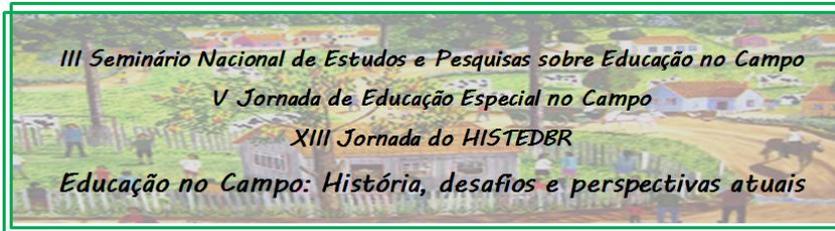
Sobre o segundo grupo escolar as seguintes fontes: Livro Mapa do Movimento Grupo Comendador Pedro Morganti de 1942 a 1949; Livro Termo de Compromisso Grupo Comendador Pedro Morganti de 1942 a 1949; Livro de Exames Finais Grupo Comendador Pedro Morganti de 1942 a 1949; Livro dos Termos de Visitas Grupo Comendador Pedro Morganti de 1942 a 1949; Livro de Matrículas Grupo Comendador Pedro Morganti de 1942 a 1949. Para a reconstrução histórica desta instituição foi fundamental o trabalho de Teixeira (2010), que estudou a cultura escolar do ferido grupo escolar. Lamentavelmente, os registros do terceiro grupo escolar se perderam ao longo do tempo, o que limitou a reconstrução histórica do mesmo.

Todas essas fontes são um recorte temporal que vai de 1935 a 1949; 1942 a 1949, pois correspondem ao ano de instalação de cada um dos grupos escolares pesquisados e delimitamos o fim da década de 1940, por representar o período de consolidação legal para a criação e expansão das escolas rurais.

O Complexo Educacional Presente nas Terras da Família Morganti - Trajetória Histórica

Um setor de organização social utilizado como mecanismo estratégico para manter o controle e a força de trabalho treinada e capacitada para o trabalho foi o sistema educacional. Esta Usina, como foi demonstrado, mantinha um imenso complexo industrial, tanto de infraestrutura como de trabalhadores, por isso, a necessidade de construir um sistema educacional que pudesse atender seus interesses. Educar, treinar e manter seus trabalhadores vinculados à Usina.

Na Usina Tamoio desde as décadas 1930 a 1940 existiam escolas isoladas que se encontravam espalhadas nas diversas seções do complexo industrial. Destas escolas isoladas, duas foram agrupadas e deram origem a um Grupo Escolar. Depois houve novas concentrações de escolas isoladas fazendo um total de três Grupos Escolares e



noventa escolas isoladas (sendo identificadas sete pela pesquisa), dentro daquele complexo industrial usineiro.

Quadro 1: Escolas Isoladas Estaduais. Matrículas efetiva, Usina Tamoio, 1948.

Denominação da escola	Matricula masculino	Matricula feminino	Total	Localização
Mista da Fazenda Morro Azul	15	11	26	Seção Morro Azul – Refinadora Paulista
1º Mista da Fazenda Serra D'Água	12	28	40	Seção Serra D'Água
2º Mista da Fazenda Serra D'Água	14	25	40	Seção Serra D'Água
Mista da Colônia Salto	27	13	40	Seção Salta – Refinadora Paulista
Mista da Fazenda Aparecida	16	18	34	Fazenda Aparecida – Refinadora Paulista
Mista da Seção Santa Beatriz	18	20	38	Seção Beatriz
Mista da Fazenda Santa Elza	20	10	40	Fazenda Santa Elza – Refinadora Paulista

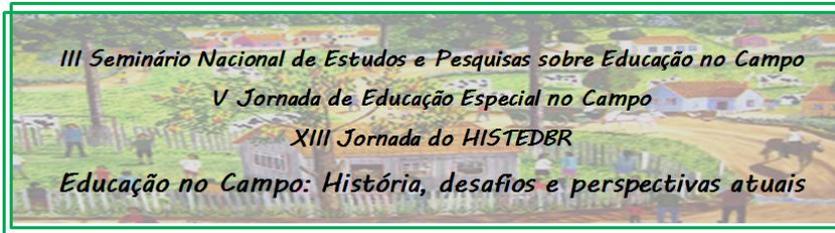
Fonte: Álbum de Araraquara (1948).

Embora o quadro mostre o número de matrículas masculino e feminino, estas escolas isoladas funcionavam no sistema misto, ou seja, nas salas de aulas havia alunos de ambos os sexos. Sobre os Grupos Escolares Rurais é certo que não daremos conta de abordar minuciosamente o cotidiano desses estabelecimentos, todavia, é possível por meio de fragmentos e leitura das fontes documentais construir ou reconstruir uma pequena parte da história dessas instituições de ensino.

O primeiro Grupo Escolar foi construído na sede da Usina para atender os colonos residentes perto da sede. Como as seções às vezes eram muito distantes da sede, isso não possibilitava que todos os filhos dos trabalhadores tivessem acesso à escola, uma vez que só na sede tinha um Grupo Escolar. Por isso, só as crianças das seções mais próximas conseguiam frequentar a escola.

Instituído em 7 de junho de 1935, com denominação Grupo Escolar da Usina Tamoio, o prédio foi construído pelos donos da Usina e depois cedido ao Estado de São Paulo gratuitamente:

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



O grupo escolar da Usina Tamoio funciona em prédio construído especialmente para esse fim pelo Sr. Cavaleiro Pedro Morganti, proprietário da Usina, que o cede gratuitamente ao Estado. Além disso, fornece o Sr. Morganti inteiramente livre de qualquer pagamento, casa ao diretor e professores do grupo. Estas habitações foram também especialmente construídas e dispõem de todo o conforto moderno. (ARARAQUARA, 1936, p. 43)

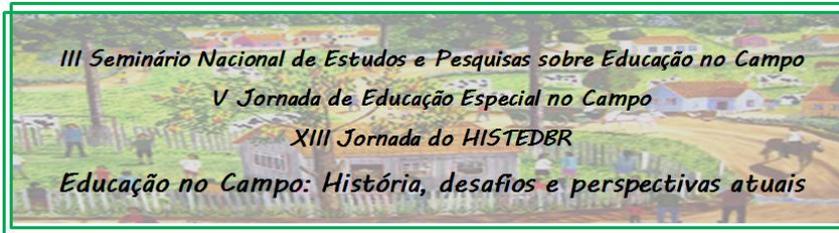
Como mostra este relato, além da construção do prédio do Grupo Escolar da Usina Tamoio foi construída também a casa do diretor e de professores que viessem a trabalhar naquele local.

No primeiro mês da instalação do Grupo Escolar da Usina Tamoio foram 79 matrículas masculina e 41 femininas, um total de 120 alunos, com quatro classes, sendo uma média de 40% de alunos por classe, funcionando das 8h às 12h.

Em julho de 1948 o Grupo Escolar passou a se intitular Grupo Escolar D. Giannina Morganti, pelo Decreto n. 18. 214, de 27 de julho de 1948. O espaço escolar levou o nome de alguém da Família Morganti, como forma de autoafirmação do seu próprio poder e domínio. O que acontecia naquela Usina era uma tentativa de fazer uma expansão do ensino, porém, sem deixar de conservar estratégias para manter o controle e força de trabalho treinada em favor do crescimento da própria empresa sucroalcooleira.

O Segundo Grupo Escolar da Usina Tamoio foi instalado em 27 de abril de 1942. Por meio do agrupamento da Escola Mista da Fazenda Olímpia que foi anexada a esta instituição. Seu primeiro ano de ensino contou com 160 alunos, 81 matrículas masculinas e 79 femininas. Foi um prédio construído pela Usina e cedido à administração do Estado. O Grupo Escolar possuía uma sala para diretoria, uma sala para secretaria, quatro salas para aula, um amplo refeitório, um palco de apresentações teatrais, uma sala de professores, uma cozinha e três banheiros.

A construção do prédio próprio para a escola pela Família Morganti representava para época mais uma edificação de uma imponente arquitetura feita em suas propriedades para atender os filhos dos trabalhadores, com mobiliário e materiais modernos. Favorecia a intervenção da Usina não apenas na esfera produtiva, mas também na esfera da reprodução dos trabalhadores e de suas famílias (CAIRES, 1993).



Pelo Decreto nº 12.821, de 28 de julho de 1942 passou a se denominar Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti. Assim, se antes a nomenclatura da escola era conhecida pelo nome do local, no qual se encontrava instalada, posteriormente passou a ser identificada pelo nome do seu fundador.

O terceiro Grupo Escolar ficava na Seção Jacaré. Conhecido como Grupo Escolar da Fazenda Jacaré, como aconteceu com os outros Grupos Escolares com o Decreto nº 16. 720, de 15 de janeiro de 1947, passou à denominação de Grupo Escolar “Capitão Domingos Soares de Barros”.

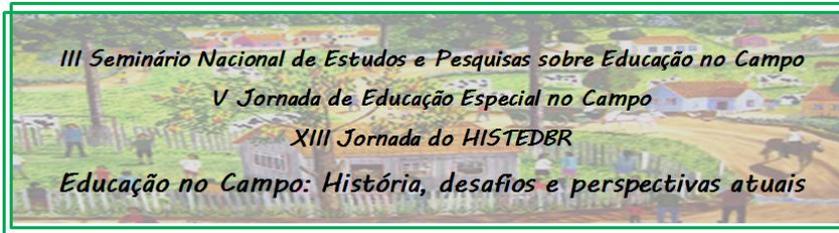
Neste caso, o Grupo Escolar não levou o nome do seu fundador ou alguém ligado à família, entretanto, este período marcou a mudança da nomenclatura de outros Grupos Escolares em Araraquara e no rol de nomes escolhidos estavam além do Capitão Domingos Soares de Barros, os nomes de João Manoel do Amaral e Joaquim de Moraes Leme, que foram no início do século XIX senhores que obtiveram sesmarias nesta região, e nos quais, surgiram os primeiros núcleos para formação da cidade de Araraquara¹. Nas demais seções, a educação chegava pelas escolas isoladas, como foi apresentado anteriormente.

Lamentavelmente, os registros sobre o Grupo Escolar “Capitão Domingos Soares de Barros” quase não aparecem, presume-se que se perderam ao longo do tempo: o único documento encontrado até agora foi um Livro Ponto de 1963, limitando a construção ou reconstrução desse Grupo Escolar.

Os grupos escolares eram da primeira a quarta série primária, nas escolas isoladas até a terceira série e, posteriormente, os alunos poderiam ser integrados aos grupos escolares para concluir o curso primário. Segundo o Álbum de Araraquara (1948), havia nos três grupos escolares 21 classes, além de mais de sete escolas isoladas, um total de 28 classes e eram ministradas aulas para 1.050 alunos.

No Álbum de Araraquara (1948) diz-se que no Grupo Escolar da sede existiam 11 classes e 440 alunos (porém, os registros encontrados no Livro Mapa do Movimento

¹ O texto do Decreto nº16. 720, de janeiro de 1947, descrevia esses pioneiros como corajosos, enfrentando perigos das matas, exaltando suas aptidões pioneiras e seus esforços em desbravar o interior paulista, mas não retrata que os mesmos deixaram por onde passaram uma devastação tanto do sentido econômico humano como no sentido ambiental. Porém, pela história o ponto de vista do desbravador aparece como os grandes bandeirantes que abrem caminhos para o progresso e a civilização chegar.



Escolar aparece a média de 463,70 alunos matriculados); na Seção Bela Vista, com seis classes e 200 alunos; na Seção Jacaré, com quatro classes com 150 alunos.

Outro dado que aparece no Álbum de Araraquara (1948) que chamou a atenção foi a distribuição da sopa escolar, instituída no grupo escolar da sede em 1941, foi estendida para os outros grupos escolares, para atender às crianças daqueles setores. Era a Usina que fornecia a sopa escolar e supria, quando necessário, os caixas escolares.

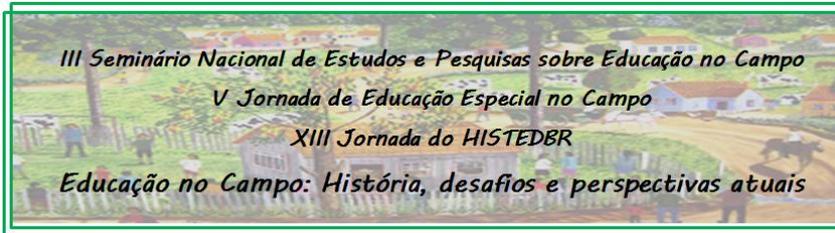
Ainda sobre o complexo educacional nas terras da Usina, em 1950 foi instituído o ensino noturno para tentar reduzir o elevado índice de analfabetismo, sobretudo na população adulta. No final dos anos de 1950 aconteceu a criação do “Jardim da Infância do Seu Hélio”. E no final dos anos de 1960 o “Ginásio Estadual da Usina Tamoio”:

Desse modo, foi possível tentar ensaiar sobre a organização escolar daquelas instituições, descobrir a dinâmica escolar, a vida dos alunos, os rendimentos escolares, as melhorias nas escolas, a influência da Família Morganti, as concepções ruralistas presentes, os cantos orfeônicos, as celebrações de datas comemorativas, as observações deixadas pelo Inspetor Escolar e a nítida intenção da normatização imbuída de um caráter disciplinador e ao mesmo tempo exaltando os espaços escolares e seu corpo docente, enfim, descobertas que permitiram a reconstrução histórica do primeiro e do segundo grupo escolar rural.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, preocupou-nos entender as tramas de relações presentes na Usina Tamoio e como o complexo educacional presente em suas terras pôde garantir atender seus interesses. Educar, treinar e manter seus trabalhadores vinculados à Usina. Buscamos entender essa trama de relações pesquisada sobre a defesa da escola pública a partir da década de 1930 e como o acesso a educação chega ao meio rural. Assim, foi possível chegar a algumas conclusões sobre esse processo de reconstrução histórica.

Verifica-se que o movimento histórico e a relação de poder presente na década de 1930 foram no sentido da reorganização social na qual o que prevalece são os grandes capitais, o crescimento e desenvolvimento industrial e até mesmo a urbanização do meio rural. Sendo o Estado o propulsor dessa nova mudança que teve reflexões políticos, econômicos, sociais e educacionais.

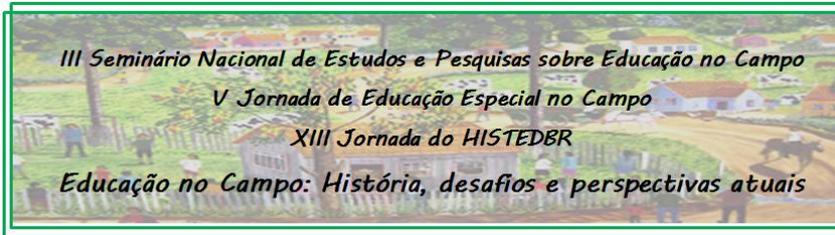


O Estado, ao instituir um projeto político nacionalista, coloca em questão a unidade e o crescimento econômico no país. Era necessário trazer para as populações pobres, seja aquelas que vivem no urbano ou rural, o chamado para contribuir nesse desenvolvimento, a fim de ser a mão de obra utilizada nesse processo. Foi criada uma atmosfera de novas transformações sociais, o país estava se industrializando, crescendo e era preciso instalar uma nova ordem social. Para isso, a educação teve um papel fundamental ao assegurar os princípios de construção de uma nova Nação, alicerçados na ordem, na disciplina, na obediência e amor à Pátria.

Se para as populações pobres urbanas a situação era difícil, o acesso à educação para os pobres do meio rural era mais complicado. A escola pública para o campo foi um processo moroso. Primeiro, pelo próprio reconhecimento do termo rural, as escolas espalhadas pelo interior e no meio rural não eram reconhecidas pelos marcos legais, então, como poderia a educação chegar para essas populações? Segundo, só em 1917 pela Lei n. 1.579, de 19 de dezembro daquele ano, teve a definição de escola rural. Passando a existir, perante a um dispositivo legal do Estado, 28 anos depois da Primeira República e 23 anos após a criação dos grupos escolares. Duas décadas se passaram para que a escola rural fosse reconhecida legalmente.

Com isso, outros desafios foram surgindo em relação ao acesso à educação e a sua finalidade para a zona rural. Para Souza e Ávila (s/d), as políticas para as escolas primárias iniciaram na Primeira República e os projetos pedagógicos específicos para a educação rural foram consubstanciados no final dos anos 1940. Essa linha histórica não é linear, mas possibilita observar a história da educação rural sobre a perspectiva da morosidade que as populações rurais receberam do Estado ao acesso a escola pública.

A partir de 1930 a escolarização rural começou a ganhar forças. A educação chegou primeiramente pelas escolas isoladas e depois com a institucionalização dos grupos escolares rurais. Estas foram consideradas escolas típicas rurais nas quais a educação rural via da concepção ruralista. Verifica-se que, por um lado, a criação dos grupos escolares rurais representasse um avanço para o ensino rural, seja em relação a questões pedagógicas, administrativas ou arquitetônicas, por outro lado, sua finalidade estava em conter o êxodo rural e que a falta de educação no meio rural não se tornasse um entrave para o desenvolvimento e para a industrialização. Tentando evitar essas



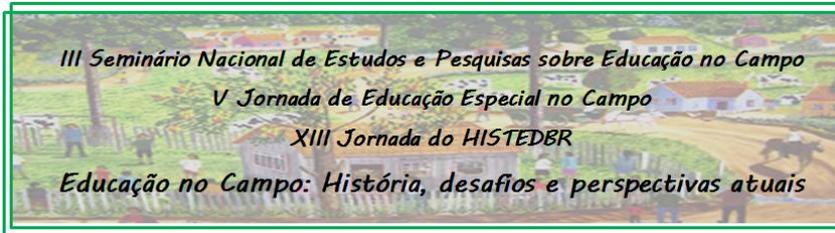
crises sociais, e por meio de uma pedagogia específica pensada pelos ruralistas a concepção de uma educação de fixar o homem no meio rural, sem de fato mudar as condições econômicas dessa população. Os grupos escolares rurais foram importantes instituições públicas para disseminar a lógica de um governo que estava estabelecendo uma nova ordem social no país.

Como mostramos na pesquisa, a Usina Tamoio foi expressiva pelo seu tamanho e pelo contingente de pessoas que viviam, moravam e trabalhavam naquele local. O domínio da Família Morganti sobre seus trabalhadores estava atrelado aos valores de ordem e disciplina que também eram orientações do Estado sobre os trabalhadores, para construir uma nova Nação. A relação de Pedro Morganti com Estado era muito próxima. A Família Morganti soube beneficiar-se das medidas estatais que favoreciam vários dos setores privados.

Pedro Morganti não perdeu a oportunidade de fazer seu patrimônio crescer e administrou um complexo industrial invejável (para os padrões capitalistas), mantendo em seu domínio um contingente de trabalhadores que lhes eram fieis, criou uma atmosfera em que o valor de um homem era medido pelas horas de trabalho dedicadas à sua Usina.

Podemos aferir que a Família Morganti era um representante do Estado (um representante da ideologia estatal da época, não um representante legal) no meio rural, pois levantou seu império açucareiro com benefícios estatais e sobre seus domínios existiam muitos trabalhadores, construiu uma infraestrutura para atender seus empregados e difundia os princípios de ordem, disciplina, obediência, amor ao trabalho e a Pátria, tão defendido pelo Estado brasileiro. Uma das infraestruturas edificadas para atender às demandas sociais de seus trabalhadores foi o complexo educacional que constituía desde escolas isoladas aos três grupos escolares rurais. As condições de infraestrutura presentes na Usina evitava o êxodo rural, isto é, contribuíram para o crescimento da agroindústria, tendo como maior beneficiador desse crescimento econômico a própria Família Morganti.

Uma das dificuldades para época (e atualmente) era construir e manter as escolas no meio rural. A maioria das instituições escolares mostravam a decadência e as dificuldades financeiras para sobreviver. O Estado criou dispositivos legais para tentar



se desvencilhar o máximo do ônus financeiro pela implementação e pela manutenção das escolas rurais (MORAES, 2014). Porém, ao tentar reconstruir a história dos grupos escolares rurais da Usina Tamoio, percebemos que essas instituições iam à contra mão dessas análises.

Esta compreensão é feita a respeito do domínio que os donos da Usina tinham sobre todos os espaços sociais presentes no complexo industrial, desde os processos de produção até os processos de socialização dos seus trabalhadores. As interferências da Família Morganti começam a partir da construção do prédio escolar, da manutenção dos caixas escolares, nas doações das sopas escolares, das doações de bolsas de estudos. As questões pedagógicas eram orientadas pela Delegacia de Ensino.

Porém, a concepção nos grupos escolares da Usina Tamoio estava relacionada à formação de uma identidade nacional, difusão de uma compreensão sanitarista, formação e continuidade para o trabalho no complexo industrial para instaurar um pensamento moralista e disciplinador forjado na obediência à ordem hierárquica da Usina, então, foram concebidos para dar continuidade a um projeto de desenvolvimento e crescimento econômico da empresa.

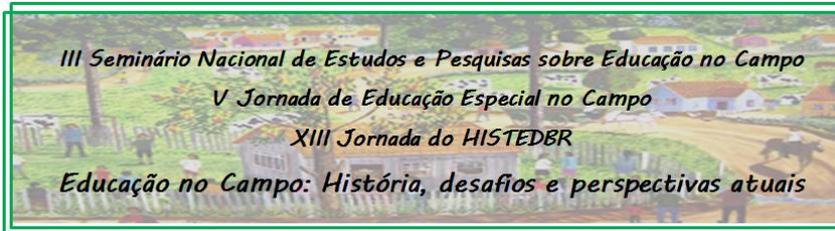
Assim, considera-se que, neste caso, foi pesquisado que os Grupos Escolares Rurais tiveram um papel importante dentro do projeto de desenvolvimento do Estado ao combater o estrangeirismo, uma vez que as grandes fazendas do interior paulista recebiam trabalhadores de outras nacionalidades para dar continuidade ao projeto nacionalista.

Referências

ARARAQUARA, **Álbum de Araraquara**. 1948.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. **Nem tudo era doce no império do açúcar: vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio – 1917/1969**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP/FCL. 1993.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. *O colonato na Usina Tamoio*. IN: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Ap. de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas tuteladas de condição camponesa**. Vol. 1, ed. UNESP, NEAD, MDA, p. 163-183, 2008. Disponível em: <<http://www.ica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/67/Processo>>



[s de constitui%C3%A7%C3%A3o e reprodu%C3%A7%C3%A3o do campesinato no Brasil.pdf](#)>. Acesso em: 18/05/2011.

FLORES, Ana Flávia. **Educação em três tempos nas terras do Bela Vista: Fazenda de Café, Usina de Cana-de-açúcar e Assentamento em Araraquara/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia da Terra/UFSCar, 2011.

FLORES, Ana Flávia; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos Bezerra; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **De Grupo Escolar a Educação ao Campo: O Caso da Escola do Campo no Assentamento Bela Vista, em Araraquara/SP**. Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “Histórias, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FLORES, Ana Flávia; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos Bezerra; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **De Grupo Escolar a Educação ao Campo: O Caso da Escola do Campo no Assentamento Bela Vista, em Araraquara/SP**. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 6 v. 6 n. 12, p. 28-48, jan-jun 2013.

ROSIN, Luís Henrique. **Nas terras da Usina, O Fazer-se de um assentamento**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP, Araraquara, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, 2006. Páginas 28-35.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933**. Instala uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, e dá outras providencias. 1933b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20n.6.047,%20de%2019.08.1933.htm>>. Acesso em: 11/07/2014.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. *Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 – 1947)*. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**, 7, 2013, Cuiabá.

RELATÓRIO ARARAQUARA. **Relatório de 1936 da Delegacia Regional do Ensino de Araraquara**. Apresentado ao Senhor Diretor do Ensino pelo Delegado Regional do Ensino Ottoni Pompeu Piza. 1937. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

TEIXEIRA, Reginaldo Anselmo. **Grupo escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária do meio rural-1942/1988**. Dissertação de mestrado. FCL/UNESP-Araraquara, 2010.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis. **Memória da terra: as rupturas e as novas possibilidades**. Retratos de Assentamento: Auto-Retrato de Assentamento, nº02, NUPEDOR/UNESP, Araraquara, 1995.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015